

Cultura dos trabalhadores e crise política

Paulo J. Krischke

Núcleo de Estudos do Comportamento Político,
Doutorado em Ciências Humanas - UFSC

CAMACHO, Thimoteo,¹ *Cultura dos trabalhadores e crise política. Estudo sobre o Centro Popular de Cultura do sindicato dos metalúrgicos de Santo André*. Santo André : Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer/Prefeitura Municipal. 1999. 192p.).

Hoje, quando se fala em cultura dos trabalhadores, parece que não se pensa em nada mais que na débil (ou, talvez, paciente) reação dos sindicatos à famosa globalização, com as políticas de ajuste econômico, contenção de gastos públicos, recessão da atividade produtiva, crescente desemprego e as mil ameaças que pesam sobre a vida dos que trabalham e sobre o futuro do país como um todo. Ou seja, a cultura dos trabalhadores parece primar por sua ausência, por um vazio de propostas e iniciativas. Mas nem sempre foi assim na história dos trabalhadores, suas organizações e partidos políticos (e será também agora? Ou apenas escutamos deles o que queremos ouvir?). De fato, pouco podemos entender das atitudes atuais dos sindicatos e suas bases, se não considerarmos as suas trajetórias de lutas, suas conquistas e derrotas do passado. Essa é uma história que está, em grande parte, ainda por ser contada.

Este livro, que acaba de ser publicado na cidade operária de Santo André, narra uma parte de nossa história e parte importante da história deste país. É muito bem-vindo o livro de Thimoteo Camacho, sobre uma experiência marcante da história dos trabalhadores do ABC paulista e de

¹ Thimoteo Camacho é Professor de Sociologia na Universidade Federal do Espírito Santo.

todos os cidadãos trabalhadores. Esta história é tanto dele quanto sua, minha, dos operários e de todos os brasileiros que trabalham. De todos os que fazem a riqueza desta nação, mas raramente podem gozar dela ou fazê-la sua, como é de direito, usufruí-la enquanto patrimônio individual e coletivo, riqueza que é social, criada pelos trabalhadores porém que é dos mesmos expropriada.

Mas não pense que vamos ter no livro uma cartilha de educação política, o que seria desnecessário – para isto existem as formalmente produzidas pelos partidos, igrejas, sindicatos, ONGs, etc. O que este livro conta é uma batalha decisiva dos trabalhadores, antes do golpe de 1964, para resgatar o que têm de mais humano e universal: a sua cultura, a sua autonomia de pensamento e vida, sua arte, teatro, música, poesia, literatura. Tudo isto que é parte da riqueza social que os trabalhadores criam, e que também é quase sempre expropriado, reprimido ou vendido pelo mercado que os explora, marginaliza e expulsa, para a passividade complacente de simples consumidores e espectadores da cultura oficial.

É claro que muita coisa mudou desde os anos da crise e da dura repressão em meados dos anos 60. Desde então os trabalhadores do ABC avançaram muito, na afirmação de sua dignidade e independência frente a governo e patrões: foram nisto pioneiros e exemplo para os trabalhadores de todo o Brasil. A história que este livro conta é a de um momento decisivo da trajetória anterior dos trabalhadores, na formação de sua própria direção cultural. Vemos germinar ali, no terreno da arte e da cultura, as sementes da autonomia operária, que viriam despontar nos anos 70, e que hoje se espelham no desenvolvimento sindical e nos partidos políticos, nas múltiplas manifestações dos movimentos populares.

Vemos neste livro, por exemplo, que esta autonomia dos trabalhadores já comportava um pluralismo até então desconhecido na política cultural brasileira, com a junção de várias forças, atores, tradições e valores sociais. Das igrejas e sindicatos, dos partidos e grupos de artistas militantes, vieram esses trabalhadores para formar um pólo cultural, um Centro de Cultura Popular dos trabalhadores para os trabalhadores. Vemos também ali, por exemplo, que o machismo da cultura dominante foi pela primeira vez desafiado, no meio operário, pelas mulheres trabalhadoras que vieram criar cultura no CPC, em pé de igualdade com os demais trabalhadores.

E o livro nos conta que esta luta pela autonomia cultural não foi nada fácil – mais difícil ainda do que hoje (pois ela não está, nem estará

tão cedo terminada). Porque a cultura dos trabalhadores tem que ser construída sempre em litígio com a cultura dominante, a dominação política burguesa e capitalista, que permeia tudo através do mercado e do Estado, e procura reduzir os cidadãos à condição de marionetes do oficialismo, burocratas da resignação e espectadores passivos da nossa própria alienação.

Parte da história que este livro conta é, justamente, como a história oficial das elites que governam desde sempre o país, tratou de ocultar a existência do CPC, buscando apagá-lo da memória coletiva dos trabalhadores. A ditadura pós-64 não apenas fechou o CPC, prendeu, perseguiu, torturou, exilou, dispersou os trabalhadores que dele participavam: a interpretação oficial dos acontecimentos desse período tentou fazer esquecer tudo o que tinha acontecido, varrer para sempre da lembrança dos trabalhadores a experiência do seu CPC. Mas não conseguiu.

É neste sentido preciso, de questionamento fundamentado da história oficial das elites deste país, que este livro contribui decisivamente. Não só por relembrar esses acontecimentos, mas pelo método que utiliza, a partir das narrativas dos próprios participantes. Já sabemos que a história oficial é sempre uma crônica escrita pelos vencedores dos conflitos e alternativas sociais, que se defrontam em cada momento e ocasião. De tal forma que a versão oficial dos eventos é parte do próprio processo de vitória, através do qual os vencedores tratam de aniquilar – ou, na melhor das hipóteses, cooptar e incorporar à sua própria interpretação vitoriosa – as orientações e perspectivas (quando não a existência física e social) dos setores derrotados e subordinados. É claro que o livro de Thimoteo Camacho não pretende generalizar suas conclusões além da época e situação local que estuda, mas fornece um modelo de pesquisa que pode ser seguido em outras situações, desvelando toda uma dimensão reprimida e ignorada de nossa história.

Este livro questiona as crônicas oficiais dos anos 60, dando a palavra aos participantes do CPC de Santo André, para mostrar como o movimento de cultura popular, que então se expandia por todo o país, tinha autênticas bases e origens operárias, junto aos sindicatos do ABC paulista. As crônicas dos anos 60 enfatizam sempre as contradições internas entre as elites do regime populista em crise, por exemplo, o papel protagonístico da União Nacional dos Estudantes na expansão dos movimentos de cultura popular, como resultado da radicalização de setores das classes médias. Sem negar essa influência, Thimoteo Camacho en-

trevista os atores locais do CPC de Santo André, revelando a relação de autonomia que mantiveram no contexto nacional.

O argumento do livro se estrutura em quatro partes, cada uma exposta em dois capítulos. A primeira parte historia a atuação da UNE nos primeiros anos da década de 60. Examinando a documentação e entrevistas com dirigentes da época, o autor descreve as inflexões pelas quais transita o movimento estudantil, desde sua origem nacionalista sob Vargas, passando pelo interregno conservador dos anos 50, até a radicalização e disputa entre católicos e comunistas pela direção da entidade no início dos anos 60. O Centro Popular de Cultura da UNE é caracterizado na segunda parte, discutindo os estudos já feitos sobre o tema, e mostrando a insuficiência das suas conclusões para este estudo local, entre trabalhadores do ABC paulista.

A terceira e quarta partes do livro revelam que os setores políticos, intelectuais e artísticos, que convergiram na atuação do CPC da UNE (influenciados pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB; o Teatro de Arena de São Paulo, e os grupos políticos dentro da UNE) estavam divididos pela crise crescente do regime, e apenas minoritariamente vieram a influir em Santo André. As entrevistas e o exame da documentação do CPC do sindicato dos metalúrgicos de Santo André mostram como esta iniciativa local logrou apropriar as contribuições teóricas, técnicas e individuais, de alguns membros do CPC da UNE, num contexto de majoritária participação operária, com uma capacidade de convocação pluralista, que superava as divisões e sectarismos dominantes no plano nacional.

A importância desta recuperação da memória social, mesmo entre o pessoal da universidade, pode ser facilmente demonstrada através de um encontro que assistimos, entre o autor e outros pesquisadores acadêmicos, na época em que Thimoteo Camacho realizava sua pesquisa em Santo André. Um dos participantes desse encontro estava realizando uma pesquisa mais geral sobre o tema da cultura popular nos anos 60, com um mapeamento dos Centros de Cultura Popular formados pela UNE. Esse colega afirmou na ocasião que Thimoteo deveria estar enganado, já que o mapeamento nacional não revelava nenhum indício da existência de um CPC ligado aos trabalhadores do ABC...!

Em suma, a história das elites tende a considerar o movimento popular de cultura dos anos 60 como uma invenção das classes médias radicalizadas, do meio estudantil e do populismo em crise (inclusive o Movimento de Cultura Popular no Recife, ligado a Paulo Freire, durante

o governo de Miguel Arraes!). Nessa história, os trabalhadores não teriam nenhuma iniciativa para o surgimento dos CPCs, cabendo-lhes apenas o papel passivo de destinatários – e depois “bodes expiatórios” — das aventuras populistas das elites políticas e culturais...

O conteúdo deste livro desmascara conclusivamente esta tese elitista, que escamoteia a condição de sujeitos históricos dos trabalhadores desta sociedade. Pois mostra detalhadamente como os trabalhadores do ABC lograram receber, transformar e apropriar para seus próprios fins, de autonomia cultural, muitas dessas influências recebidas, através da experiência dos CPCs nos anos 60. O método utilizado, para recuperar e demonstrar esta experiência histórica, é a reconstrução da trajetória deste grupo de cultura popular (os seus “eventos”) a partir dos depoimentos dos participantes ativos na experiência (e de documentação da época). E sempre levando em conta também o contexto teórico-cultural em que tais eventos receberam significados nacionais, em forma de “processo estruturado” (como sugere o historiador Edward Thompson em sua *Formação da Classe Operária Inglesa*).

Assim fazendo, Thimoteo Camacho discute e questiona a dominação burguesa em crise, e as versões oficiais sobre a “cultura popular dos anos 60”, desmontando o discurso (e estratégia) por elas estruturado, enquanto processo e relação de expropriação da cultura dos trabalhadores. É um método trabalhoso e desafiador, que permite pensar na história com um “final aberto”, livre de qualquer “destino” predeterminado, e ao mesmo tempo contrário às interpretações racionalizantes e auto-legitimadoras dos vencedores. A cultura é vista, então, como cenário de confronto entre diferentes projetos de direção política e cultural. De um lado, o populismo das elites, em fase acelerada de decadência, crise de radicalização ideológica e desintegração cultural, que viria resultar no golpe de 64. De outro lado, os trabalhadores que criavam laboriosamente a sua própria cultura, desvencilhando-a da dominação e amordaçamento pelas elites.

Em ambos os lados desse confronto houve ilusões e falsas esperanças. Mas essas ilusões e esperanças não foram as mesmas, pois se umas traziam a nostalgia de um passado de dominação em crise, outras trilhavam a trajetória da autodeterminação que conduzia ao futuro. E se hoje os caminhos do populismo estão fechados por toda parte (ou ao menos enormemente dificultados), isto se deve ao fato de os trabalhadores terem tomado então iniciativas que não poderemos esquecer. Pois começaram desde aquela época a construir passo a passo a sua autonomia, admitindo

o pluralismo de suas experiências, e a sua convergência democrática no futuro, em direção a um novo projeto de direção política e cultural.

Estes avanços só foram possíveis porque, naqueles anos turbulentos de crise, e da ditadura que se seguiu, os trabalhadores resgataram a arte, o teatro e a cultura das mãos da burguesia e os assumiram como meio de expressão livre e espontânea de sua própria humanidade, manifestação profunda daquilo que é neles mais vasto, luminoso e universal, sua criatividade individual e social – virtudes que têm em comum com todos os homens e mulheres, mas que permanecem geralmente distorcidas e mutiladas sob o jugo do capital e do Estado burguês.

Por isto tudo, dizia ao começar, que este livro retrata um momento crucial da nossa própria vida. Não apenas porque realiza um balanço adequado das nossas ilusões e derrotas do passado. Esta história é crucial porque aponta um futuro que segue ainda aberto para os trabalhadores brasileiros; e que, se hoje parece quase tão remoto como nos anos 60, continua, entretanto como um desafio enorme e uma esperança ativa. Porque esta esperança e desafio incluem nada menos que o sonho ou utopia de libertação da arte e da cultura dos trabalhadores, bem como de toda a sua vida, para além da dominação do Estado burguês e da exploração capitalista.

Se hoje parece imprudente e temerário falar numa superação do capitalismo ou do Estado burguês, pensemos então como seria naquela época, de crise profunda das instituições e de verdadeiro massacre da cultura operária. Pois mesmo assim essa libertação foi ali falada, ensaiada e antecipada, na prática fecunda de um grupo sindical. Eis a semente lançada pelos CPCs dos trabalhadores nos anos 60, a qual floresce hoje na diversa pluralidade de formas sociais e individuais dos movimentos populares e dos trabalhadores. Onde quer que estejam, essas vozes polifônicas anunciam que a libertação dos trabalhadores virá a frutificar no futuro. É por isto que este capítulo da história dos operários do ABC diz a cada trabalhador brasileiro: “Esta é a sua história, falta você completá-la!”.